

A PROPRIEDADE COLETIVA COMO FORMA DE ALCANÇAR A FELICIDADE, EM THOMAS MORUS

Carlos Vinicius Lomes da Cruz (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Evandro Luis Gomes (Orientador), Vladimir Chaves dos Santos (Coorientador), e-mail: evgomes@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Filosofia/História da Filosofia

Palavras-chave: propriedade privada, desigualdade social, Thomas Morus.

Resumo:

Thomas Morus denuncia em *Utopia* a restrição da propriedade privada a um único grupo social: a nobreza. Sua restrição gera, para ele, desigualdade social e há isso quando aquela não é tida como um bem comum, na qual todos podem dela se utilizar. Tal restrição também gera sofrimento nos indivíduos na medida em que a propriedade privada é meio pelo qual os mesmos retiram aquilo que é necessário para a sua subsistência, e forma pela qual desfrutam de prazeres bons e virtuosos que são meios para alcançar a felicidade. Morus critica a ociosidade da nobreza que detendo o monopólio da propriedade privada não trabalha nas suas próprias terras. Ao contrário, quem faz isso são os servos que eles empregam. No entanto, com o cercamento das terras, ocorre conseqüentemente a expulsão de vários servos e camponeses que ao tentar a vida na cidade, não acham emprego e, após desgastar suas roupas e/ou contrair moléstias e sem dinheiro para poder se manter, veem no roubo uma alternativa de sobrevivência. Todavia, o estado inglês condena o roubo com a pena de morte. Morus argumenta que a pena de morte deve ser evitada já que é injusta e socialmente indesejável. Em vez disso, seria melhor empregar esses indivíduos em algum ofício que fosse útil à sociedade. Assim, a igualdade só será possível se houver a coletivização da propriedade privada como solução da desigualdade social existente. A felicidade é proveniente da harmonia entre o trabalho, os prazeres da vida, os princípios religiosos e o desenvolvimento pleno do espírito.

Introdução

Thomas Morus denunciou em *Utopia* a desigualdade social de sua época, especialmente a de seu país de origem – a Inglaterra, criticando o mau uso da propriedade privada, a qual o autor considera que é um meio que gera a riqueza do país e também são retirados os meios de subsistência da população. A propriedade privada é responsável por fazer os indivíduos desfrutarem de prazeres que permitem alcançar a felicidade. Morus argumentava que a propriedade restrita a um único grupo social faz com que este desfrute de um excesso de meios de subsistência que leva ao gosto por falsos prazeres.

Ele critica os governantes por se preocuparem apenas com o próprio interesse, já que “preferem conquistar por todos os meios, bons ou maus, novos reinos, a bem administrar os reinos que já possuem” (MORUS, 2004, p. 10). E também por estabelecerem leis tiranas, como a lei dos cercamentos. Promulgada durante o governo de Henrique VIII, ela facilitou aos grandes proprietários de terras aumentarem “as áreas necessárias à agricultura comercial, ampliando os campos destinados à criação de ovelhas” estabelecendo, assim, um crescimento na indústria de lã.

Com o aumento no preço da lã, os nobres “não deixam nenhuma parcela de terra para ser lavrada; toda ela transformou-se em pastagens” (MORUS, 2004, p. 17). Em seguida, expulsam de suas terras centenas de camponeses que não encontrando outro lugar para viver, e tendo que vender seus pertences por baixo preço; começam, então, a perambular pela cidade em busca de emprego, mas aos poucos suas roupas vão se desgastando e, diante dessa situação, não acham nenhum nobre ou proprietário de terras que queira lhe oferecer uma oportunidade. A falta de oportunidade leva-os a ver no roubo um meio de sobrevivência e, com medo de ser condenados, matam a pessoa de quem roubaram.

Para Morus, a propriedade privada é o meio pelo qual os indivíduos garantem a sua subsistência. Essa subsistência é adquirida por meio da riqueza que constitui o produto gerado por meio do trabalho. Ao trabalhar na propriedade, os indivíduos geram os meios de subsistência que sustentam toda a população. Nesse sentido, há uma valoração do trabalho em que este dignifica o homem. Assim, o indivíduo que vive em plena ociosidade, como os nobres – isto é, os grandes proprietários de terras – são vistos como prejudiciais à sociedade. Para Morus, a ociosidade de um indivíduo gera sofrimento em outro, pois quando o primeiro não trabalha na propriedade, se torna parasita de outro que trabalha; e retira deste o que poderia constituir o seu meio de sobrevivência, em outras palavras, aquilo que evita a fome. Ao contrário, ele poderia estar trabalhando para conseguir o próprio meio de sobrevivência e gerando excedente de produção que beneficiaria todo o resto da sociedade.

A desigualdade social deve ser evitada, visto que ela gera sofrimento nos indivíduos. Como ela é o meio que gera aos indivíduos o que é necessário para suprir todas as suas necessidades e prazeres da vida, o estado deve garantir o seu acesso a todos. Para isso, deve haver instituições necessárias à vida em sociedade, e meios que fiscalizem o trabalho realizado.

Morus afirma que “O principal objetivo de sua constituição é garantir que, desde que o bem público o permita, os cidadãos sejam livres, tanto quanto possível, para deixarem de gastar seu tempo e suas energias com as necessidades do corpo e dedicarem-se à liberdade e à cultura do espírito. É nisto que consiste, segundo os utopienses, a verdadeira felicidade na vida” (MORUS, 2004, p. 61). Em outras palavras, o indivíduo alcançaria a felicidade – a qual é fim último da existência do estado – a partir da harmonia entre o trabalho, que produz satisfação das necessidades básicas, os princípios religiosos e o desenvolvimento do espírito.

Revisão de Literatura

Durante o projeto, foi realizada a leitura e a compreensão de textos e o fichamento e resumo dos mesmos. A literatura selecionada deu conta

suficientemente bem dos conceitos que tinham que ser analisados. No entanto, faltou a seleção de textos que explicassem especificamente sobre propriedade privada e a leitura de livros adequados à história da Inglaterra. Alguns desses textos não foram utilizados já que fugiam da temática abordada. Ademais, a leitura das diferentes traduções da *Utopia* de Thomas Morus – autor que a pesquisa se refere – foi essencial para a elaboração da dissertação e dos devidos relatórios.

Resultados e Discussão

A leitura sobre o gênero utópico foi importante para entender qual a necessidade que o autor teve em escrever desta forma. Apesar de ser importante a compreensão dos elementos que caracterizam o gênero utópico dado por estudiosos, Cláudio Stieltjes afirma que procurar estabelecer denominadores comuns “conduz à escamoteação da sua semântica. Obstrui-se inclusive a possibilidade de uma crítica efetiva, se for necessária, ao pensamento utópico” (STIELTJES, 2005, p. 9).

Stieltjes afirma que devemos chegar ao dispositivo textual que caracteriza a utopia, isto é, a obliquidade do discurso utópico, a qual se dá por meio de termos antitéticos que ele afirma ser o “jogo de catáfase e apófase”, isto é, a descrição da ilha utópica se dá por meio do jogo entre uma proposição afirmativa (afirmação) e uma refutação feita por um autor ou pelo orador do que ele próprio afirmara antes (negação). Desse modo, esse jogo é o responsável por estabelecer o diálogo entre as duas partes do livro, por meio dos termos antitéticos. Em outras palavras, Morus realiza um movimento dialético.

As guerras ocorridas na Inglaterra no período de Morus, ou seja, a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e a Guerra das Duas Rosas (1455-1485) inauguraram durante o governo de Henrique VIII, um processo de mudanças sociais e econômicas no campo. Os grandes proprietários de terras “aumentaram as áreas necessárias à agricultura comercial, ampliando os campos destinados à criação de ovelhas” estabelecendo, assim, um crescimento na indústria de lã. Este processo, no entanto, “resultou na destruição de pequenas propriedades e na expulsão de milhares de camponeses” (SILVA, 2007, p. 151).

Conclusões

Morus argumenta que a propriedade privada é o meio pelo qual os indivíduos garantem a sua subsistência. Em primeiro lugar, o indivíduo que não trabalha é visto como prejudicial à sociedade, já que trabalhando ele poderia estar gerando excedente de produção. Por outro lado, Morus defende que a causa da ociosidade de alguns indivíduos tem sua origem em uma má distribuição da propriedade privada. Em segundo lugar, em contraponto à ociosidade, Morus valoriza o trabalho e o vê como o elemento fundamental para o progresso social. Todos os utopianos nascem com predisposição natural para o mesmo e o exercem por seis horas ao dia, que é suficiente para produzir o necessário à vida e empregar o maior número possível de desempregados. Portanto, “o trabalho é uma ocupação distribuída igualmente a todos os membros, não havendo lugar para nenhuma forma de vida parasitária, como se observava no cotidiano da nobreza e dos servos expulsos do campo, quando dos cercamentos das terras” (SILVA, 2007, p. 160).

A distribuição igualitária da propriedade é necessária para alcançar a felicidade. Para tal, a organização social do estado deve ter instituições úteis à vida humana que gera a riqueza produzida pelo trabalho através da propriedade coletiva, a qual é meio para se adquirir prazeres bons e honestos. Tais prazeres constituem a verdadeira felicidade. O prazer, segundo ele, é definível como “toda atividade, estado da alma ou do corpo em que, de acordo com a natureza, a pessoa encontra satisfação. Assim, estão corretos ao considerar como naturais todos os apetites. Apenas seguindo seus sentidos e sua razão correta, o homem é capaz de descobrir aquilo que é prazer de acordo com a natureza: é tudo aquilo que não prejudica outros, que não impede a obtenção de prazeres maiores e que não traz sofrimento depois” (MORUS, 2004, p. 80). Deste modo, a felicidade é proveniente da harmonia entre o trabalho, os prazeres da vida e os princípios religiosos, já que os últimos nos permitem segundo Morus, ter a garantia de que, se nesta vida desfrutarmos de prazeres ou não, seremos recompensados após a nossa morte, dada a escatologia cristã. A felicidade também seria o fim último das ações do estado e só é alcançada por meio do trabalho em sua matéria-prima que é a propriedade privada.

Agradecimentos

Agradeço aos meus orientadores, Prof. Dr. Evandro Luís Gomes e Prof. Dr. Vladimir Chaves dos Santos, por me ajudarem na elaboração deste projeto de pesquisa para a sua submissão, e por continuarem a contribuir com as suas análises e correções de texto durante o período em que fora realizada esta pesquisa. Nisso colaboraram para que eu pudesse aperfeiçoar não só a dissertação que fiz como resultado a este projeto como também a minha escrita.

Agradeço também à Universidade Estadual de Maringá e à Fundação Araucária pela concessão da bolsa. Eu, assim como os demais acadêmicos, sei da necessidade de um projeto de pesquisa que nos ensine a encadear um problema devidamente importante em nossas áreas de pesquisa, com vistas quiçá para um futuro mestrado, tal como ocorreu comigo em período posterior ao resultado deste projeto, por meio do qual pude adaptá-lo a um projeto de mestrado, e que me permitiu hoje estar aluno do Mestrado em Filosofia.

Referências

COLLINS, M. I. **A Filosofia Moral e Política na Utopia de Thomas Morus**. 2010. 87 f.. Tese (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

MORE (MORUS), T. **Utopia**. 1.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.

SILVA, J. C. **Thomas More e sua Utopia**. In: **A Caminho do Mundo Moderno: Concepções clássicas da Filosofia Política no século XVI e o seu contexto histórico**. 1. ed. Maringá: Eduem, 2007. p. 149-173.

SKINNER, Q. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STIELTJES, C. **A ironia em a Utopia de Thomas More: ideologia e história**. 2005. 285f. Tese (Doutorado) – Programa de Literatura Brasileira, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.